

Uma proposta para a Paz passa pelo alargamento da UE. Terá a Europa coragem para levar a União até à África Ocidental?

Rui Teixeira Santos

Professor Universitário, ULHT, Lisboa

A resposta política ao terrorismo não pode ser nem a guerra, nem o diálogo. A questão, quando colocada entre a segurança e o terrorismo, está mesmo mal formulada. Ela decorre da impossibilidade de, à luz dos conceitos de Estado e de Nação, não conseguirmos perceber soluções alternativas, onde essa fractura deixe de fazer sentido.

Não vale a pena dizer que o terrorismo se combate sem tréguas pelo Estado de Direito e pelo julgamento de Deus, no Juízo Final. Assistiremos à inevitabilidade de novos atentados e de muito maior sofrimento sem que o Estado Nacional consiga responder à ameaça. O Estado Democrático foi obrigado a reconhecer que não só existe a ameaça, como, ainda por cima ele, o Estado nada pode fazer para proteger os cidadãos. Foi isso, basicamente, o que disseram os líderes europeus reunidos, em Março de 2004, no Conselho Europeu da Primavera, em Bruxelas.

A Europa reconhece a inevitabilidade de novos atentados terroristas, depois do de Madrid, em 11 de Março, sem que possa verdadeiramente dar uma resposta individual, mas percebendo, também, que não pode ir, no actual quadro de aprofundamento europeu, para além da coordenação da política de combate ao crime e da cooperação entre os serviços secretos, com a criação do “senhor Terrorismo”.

Ou seja, o Estado Nacional, que tinha sido criado para assegurar a segurança e a defesa, vem dizer que não é capaz de cumprir as suas

funções básicas, em face das novas ameaças à paz e à segurança. E para sossego dos povos inventa-se uma política europeia de contingência, que todos sabemos serve, apenas, de amortecedor dos medos dos povos dos Estado membros.

A falência do Estado Nacional

Na Era Global, já tínhamos percebido (1) que o sistema judiciário dos Estados era incapaz de assegurar a Justiça, (2) que a Globalização tornou a evasão fiscal num instrumento de gestão financeira corrente e, agora, (3), percebemos que nem a segurança é possível nas nossas cidades, mesmo com a “fortaleza legal” das fronteiras europeias.

A partir de agora, temos que ter consciência que o que caracterizava o Estado Nacional e Democrático, nascido em Inglaterra no século XVII e internacionalizado depois da Independência Americana e da Revolução Francesa, já não tem mais condições para ser garantido no quadro do referido Estado Democrático e Nacional. Ele já não cumpre as funções básicas de Soberania, não representa Autoridade respeitável e, sobretudo, não responde aos desafios e às ameaças do novo tempo.

Com isto não significa que, historicamente, o Estado Nacional não tenha sido uma resposta certa e adequada. Ele foi a resposta inteligente à emergência da burguesia industrial e serviu para neutralizar a maior

ameaça criada, à Europa e ao Ocidente, pela industrialização, sobretudo, a partir do século XVII, que foi a “luta de classes”. Mais que a visão romântica, que acabou com a Época dos Impérios, na concepção do Estado Nacional entrou a necessidade de encontrar uma resposta política adequada aos problemas da conflitualidade social e económica decorrentes do capitalismo selvagem, da explosão da pobreza do operariado recentemente urbanizado, em contraponto com a emergência das fortunas usurárias de banqueiros e industriais.

O Estado Democrático, a revolução tecnológica e, sobretudo, o capitalismo popular, no último quartel do século XX, foram a resposta certa à fratricida “luta de classes” e à “inevitabilidade” da sociedade socialista, tornando anacrónica a divisão das classes sociais tradicionais da leitura marxista, fazendo emergir as “classes médias”, como cimento aglutinador das sociedades mais desenvolvidas.

O fim do “velhinho” Estado Nacional

O Estado Nacional cumpriu, no Ocidente, como, aliás, ainda cumpre nos países recém-industrializados, como o Brasil ou a Rússia, a sua meritória função pacificadora. Ele é hoje a resposta concreta, que permitiu que ascendessem à classe média, nos últimos dez anos, mais de 400 milhões de chineses, mais de 200 milhões de indianos, mais de 50 milhões de Russos e pelo menos 40 milhões de brasileiros, com rendimentos per capita superiores a mil euros por mês, com novos hábitos de consumo decisivos para o crescimento económico e com capacidade cultural e intelectual para se integrarem na sociedade global e exigirem a liberalização

mundial do mercado da Educação e do Ensino.

Mas, no Ocidente desenvolvido, a resposta do Estado Nacional está esgotada, do mesmo modo que, dentro de dez anos, não servirá para mais nada nas novas potências económicas emergentes da globalização e da revolução tecnológica.

A resposta, agora, às novas ameaças do terrorismo e, também, da pobreza e do subdesenvolvimento, já não pode ser procurada no “velhinho” Estado Nacional, na ideia de Pátria ou no arcaico conceito de defesa da soberania nacional, com um exército regular e com o recrutamento obrigatório. É curioso como, um pouco por toda a Europa e pelo Ocidente, quase intuitivamente os Estados perceberam a inutilidade das suas máquinas de guerra, para garantirem os seus direitos, nesta Época Global, a que já chamei de “Soberania Fiduciária”. Enterrado modelo de Westefália (o padrão ouro do Estado soberano) e o chapéu de chuva das superpotências (o paradigma dólar da soberania e defesa dos Estados do Ocidente), com a queda do muro de Berlim, em 1989, e esclarecido que a América não será o “polícia do Mundo”, pois não tem exército para mais dos que duas guerras, o reconhecimento dos “direitos soberanos” dos Estado ficou reduzido ao convencional (a matriz fiduciária do reconhecimento do Estado), sem capacidade sequer para combater os inimigos que ameaçam os seus interesses e a sua segurança.

Tenhamos consciência que, quando se afirma que se assegura a segurança dos Estados contra o terrorismo, combatendo sem tréguas os terroristas, está-se a “mentir”

e, sobretudo, está-se a dizer um enorme disparate. Porque a guerra, hoje, mesmo aquela que é movida pelo aparelho ideológico-judicial do Estado de Direito, já não tem legitimidade para combater o terrorismo, as suas causas e as suas razões.

A inviabilidade do diálogo com o terrorismo

Mas, seria trágico se, em vez da guerra, optássemos pelo diálogo com os terroristas. Não é possível o diálogo entre terrorismo e civilização, entre o fundamentalismo islâmico e o laicismo cristão do Ocidente, porque, entre os dois, há uma cultura da morte, que destrói tudo.

A análise marxista da sociedade de classes, naquilo que não é a utopia do materialismo dialéctico, chama-nos exactamente a atenção para a inconciliabilidade dos operários e dos burgueses, na sociedade capitalista. Exactamente, como na actual sociedade internacional, o choque de civilizações e as ameaças ao Ocidente não se resolvem no plano do discurso radicalizado, entre duas estruturas intelectuais inconciliáveis.

Lamento dizer a uns que não estamos diante do Renascimento Islâmico, como que se do triunfo da sociedade socialista se tratasse, nem muito menos da irresponsável continuação do “status quo” ocidental, em que nós somos os ricos e os outros não são nada.

Este erro nem é original. Ele esteve bem presente na nossa História, quando o louco D. Sebastião se arrastou para Alcácer-Quibir, com toda a nossa aristocracia, e lá morreu em batalha. Nem por um só momento, na sua tresloucada arrogância, aquela elite portuguesa pensou no “outro” e, sobretudo, na possibilidade do outro nos esmagar. O

“outro” é sempre menor que nós, é sempre o “outro”, o derrotado, na percepção do Império que está. Do mesmo modo, nem por um minuto, Filipe II de Espanha pensou que a Armada seria derrotada pela Inglaterra. E, contudo, bastaram uns ventos fortuitos para que a Invencível Armada hispânica fosse derrotada por um grupo de piratas mal armados e se arruinasse o sonho de conquista prometido, quando Carlos V abdicou a favor de seu filho Filipe, “pois a Espanha queria um “conquistador” e não precisava de um “governador”.

Esse autismo de quem faz a guerra não é autoconfiança nas razões que nos assistem, nem mesmo a consciência do que é uma civilização alarmada e que tem em risco a sua sobrevivência. Até porque não reconhecemos às lideranças que nos governam sequer cultura para perceber a nau em que navegam.

Aos terroristas não lhes assistem, apenas, as razões, mas têm os meios e, sobretudo, a convicção de quem nada tem a perder. Ao contrário de nós, que, sem isto, sem as nossas cidades e os nossos mercados, sem o aparelho ideológico-institucional do Estado Social e Democrático, ficamos sem nada.

É esta ameaça certa, este momento sem saída, que faz emergir as respostas que permitem encarar o futuro com optimismo. Porque a resposta não pode estar no Estado Nacional. Mas nos planos mais integrados da comunidade internacional, nas instituições regionais e mundiais.

O avanço na Constituição Europeia

O Estado Nacional acabou. Agora, é o momento do Estado Europeu que emerge como solução. Na época global as respostas

são globais. Repare-se como dos atentados de Madrid e da lição que se tirou da gestão da crise e dos resultados das eleições resultou a afirmação do aprofundamento da União Europeia e da convicção profunda que é na Europa que temos a resposta. O avanço da Constituição Europeia é, não uma fatalidade, mas uma necessidade, tal como foi o voto e a democracia no fim do Antigo Regime. É a consciência que só em novos níveis de participação das comunidades é possível assegurar a “segurança das populações”, afinal, o verdadeiro motor da História. O que formata a tipologia de um Estado são as “relações de segurança nas comunidades”. A vassalagem medieval e o poder central do Sacro Império ou da corte do Vaticano decorreram de necessidades de segurança. O Estado Nacional e Soberano, confirmado em Westefália, foi o resultado da necessidade de segurança, que seria assegurada pela capacidade de cada um fazer valer os seus direitos com o recurso ilimitado à “guerra”. Agora, são, também, razões de segurança que justificam a criação do Estado da Era Global, este Estado de soberanias fiduciárias, garantidas por Bruxelas e pela comunidade internacional. O Estado morreu. Agora, entre nós, teremos, cada vez mais, apenas “estadozinhos”, uma espécie de Direcções-Gerais de Bruxelas, nas regiões da Europa.

Até aqui, intelectual e politicamente, todos chegaram. Os problemas começam mesmo aqui. O dr. Mário Soares, ex-presidente da República Portuguesa, quando veio propor o “diálogo”, obviamente estava a reconhecer que a guerra não servia para resolver o conflito, do mesmo modo que a aristocracia já não assegurava convenientemente a gestão do Estado Burguês, com as

suas regras de cavalaria, na Inglaterra do século XVII. E, nisso ele, Soares, tinha razão. O problema é que Soares estava a raciocinar no quadro do Estado Nacional, que, aliás, é aquele que aparentemente subsiste. Porém, nesse contexto, o diálogo, que lhe parecia conveniente, é uma alternativa impossível. Esse é um beco sem saída e é, por isso, que a posição do dr. Soares é inaceitável, acabando o próprio por se desmentir mais tarde.

A saída está, naturalmente, nas organizações internacionais. Anthony Giddens, o mentor da Terceira Via, aliás, já, há mais de dez anos, começou a apontar, mesmo sem os elementos que hoje dispomos – e a história é sempre mais rica que o trabalho académico – para a necessidade de reforma das instituições internacionais, sejam públicas, sejam as ONG.

Alargamento da UE ao Magreb e a África

Mas, agora, podemos ir mais longe, tendo em atenção as questões centrais da paz e da pobreza, no mundo contemporâneo. Agora, a resposta tem que ser a da integração. O mundo contemporâneo acabou. A moderna direita europeia tem que ter a coragem de ser a primeira a dizê-lo, em vez de nos agarrarmos a um mundo que já não existe, como o avarento se agarra às coisas de que não precisa.

Temos que ter a coragem de enterrar de vez a direita arcaica com a mesma convicção com que enterramos a esquerda do folclore, o oportunismo de alguns que acreditam no diálogo e no reconhecimento do discurso da morte, protagonizado no sacrifício dos suicidas imolados, em Israel, pela causa da Palestina, ou dos assassinos do 11-M. O seu discurso é sedutor, e por isso mesmo

perigoso, uma vez que pode servir ao populismo incauto.

As razões de esperança existem contudo. Porque não pode o aprofundamento da Europa ser um travão ao alargamento, afinal a maior contribuição da Europa para a paz mundial. A solução passa pelo alargamento mais rápido, ainda que isso signifique uma Europa a várias velocidades. Só tiraremos espaço ao terrorismo se integrarmos rapidamente na União Europeia a Turquia. Mas temos que seriamente começar a pensar na integração do Magreb na União Europeia e sobretudo na África Ocidental, onde o terrorismo cresce com a pobreza, a falta de objectivos e ausência do Estado (como acontece no Sudão, por exemplo, ou na Somália). Já nos esquecemos da guerra em África, que continua, depois da humilhante derrota dos americanos no Sudão. Sabemos que o fundamentalismo está a crescer na África Ocidental, onde a ideologia da negritude serviu, antes, de tampão cultural e político, para evitar a tragédia que se avizinha.

Portugal no clube da frente da Europa

Enquanto, entre portugueses e hispânicos, faz sentido este discurso, tendo em atenção que temos de continuar nessa Europa a várias velocidades a pertencer ao clube da frente. É um discurso que o Governo tem e no qual tem que existir consenso nacional. Aí, o Bloco central está a ser uma realidade. É uma proposta de paz mediterrânica, afinal, a possibilidade estreita de encontrar uma resposta político-institucional para ultrapassar o “status” actual.

Os Estados Nacionais já não respondem ao desafio do terrorismo. É chegado o momento para que, aliás, o projecto de

Constituição Europeia já aponta: para o alargamento. A vocação da União Europeia tem que ser católica, no sentido de universal. Ou seja, tem que ter espaço para contar com todos aqueles que queiram ter o mesmo projecto de paz, segurança e felicidade. Tem que caber na Europa o Médio Oriente, porque essa é a única resposta ao problema israelo-árabe, ou do fundamentalismo religioso e a autofagia cultural. Tem que caber o Norte de África, pois é a única esperança de resposta à insegurança. Tem que caber a África, pois é a resposta possível à pobreza.

Este será o contributo do Ocidente Europeu. Para a América Hispânica e para a Ásia, o mundo ocidental conta com organizações mundiais como a ONU ou o Banco Mundial e o FMI, que têm de ser reformadas de modo a, cada vez mais, se posicionarem nas respostas ao subdesenvolvimento e à pobreza. O problema já não é apenas o da consolidação das finanças públicas, nem apenas o do desenvolvimento. Passou a ser também o da pobreza. São boas notícias, os programas do Banco Mundial contra a pobreza, que ainda atinge 212 milhões de chineses (apesar de tudo, com a industrialização e a globalização diminuíram, em cerca de 500 milhões, nos últimos 10 anos), a ser negociados este ano. Mas, há, também, que pensar na democratização das organizações internacionais, sem ferir os interesses de quem paga, mas sem defraudar os direitos de quem faz parte da comunidade internacional.

Além disso, há a resposta regional. As ameaças globais não são, apenas, as de segurança contra o terrorismo, embora essas sejam as mais urgentes. Também não são, apenas, as da pobreza. São também as da

saúde, as da educação e as do ambiente, que ameaçam o mundo globalmente.

E, hoje, como nunca, só integradamente é que é possível encontrar as respostas comuns. Talvez o modelo da União Europeia seja especificamente nosso, como o Estado Federal serviu à América do Norte. Talvez a resposta deva nascer lá, nos outros Continentes, onde o problema se porá. Mas já sem o “complexo do colonizado” nem a “frustração do pilhado”. Porque essa é ainda uma “lógica de morte”, que pertence à ideologia do “colonizador”. Porque essa é uma herança dos Impérios e dos Estados Nacionais, do período Contemporâneo, que já não fazem sentido na Época Global. Porque essa é a “lógica da guerra”, que compromete a Paz.

Referências Bibliográficas

- A Governância no Sec. XXI – OCDE*. Original em Inglês, Lisboa, Autor Colectivo, Ed. GEPE, Ministério da Economia, 2002.
- Braudel, Fernand , *A dinâmica do capitalismo*, Lisboa, Ed. Teorema,1986.
- Hobsbawn, Eric, *A Era dos Extremos*, trad. Marcos Santa Rita, Lisboa, Editorial Presença,1996.
- Rowley, Antoni , “La Retrét de Juste – 1557 Abdicação de Charles V”, *Revista Marianne*, 22 de Dezembro de 2003.
- Vaca de Osma, José António, *Grandes Reyes Espanhòles de La Edad Média – Colecção Biografias e Memórias*, Madrid, *Espaca Calpé*. SA, 2004.